



## Violência doméstica

### Teleassistência gratuita e alargada a todo o país

2010-09-16

Porto, 16 set (Lusa) -- A secretária de estado da Igualdade, Elza Pais, garantiu hoje que serão disponibilizados "gratuitamente" todos os dispositivos que forem necessários para a teleassistência a vítimas de violência doméstica.

Em declarações à Lusa a propósito da assinatura de um protocolo de alargamento nacional da teleassistência a vítimas de violência doméstica, hoje assinado no Porto, Elza Pais frisou que o número de dispositivos será "o que for necessário".

Com este protocolo, disse, todo o país, bem como as ilhas, passam a dispor desta medida de proteção de vítimas de violência doméstica.

Este programa arrancou há cerca de um ano apenas nos distritos do Porto e Coimbra, enquanto projeto piloto, tendo disponíveis 50 dispositivos, constituídos por "pager" que dispõem de um botão que as vítimas devem acionar em qualquer situação de risco.

Este alargamento visa, frisou a governante, "reforçar a proteção das vítimas, que podem também fazer uma chamada para falar com alguém que, do outro lado, dará conselhos quando estão em situação de desespero, angústia ou ansiedade".

Elza Pais salientou também a implementação da vigilância eletrónica de agressores, uma medida que visa afastar o agressor da residência da vítima e consiste num dispositivo parecido com uma pulseira eletrónica, que é aplicada como medida de coação

Referiu que, de agosto até agora, a sua utilização "aumentou quase 50 por cento".

"Estão 21 pulseiras eletrónicas aplicadas quando em agosto eram apenas 13", disse a secretária de estado, acrescentando que "há 150 agressores à espera de decisão para entrar no sistema".

O aparelho aplicado por determinação judicial identifica a proximidade do agressor. Este aparelho, quando o indivíduo se aproximar de um raio onde já não é permitido estar, dá um sinal e permite a intervenção das forças de segurança.

Questionada sobre a razão do número de casos de violência doméstica aumentar em Portugal, Elza Pais sustentou que "a leitura que tem vindo a ser feita por entidades autónomas é de que o aumento se deve, sobretudo, a um maior número de denúncias".

"Ainda assim é um crime muito encoberto no interior do país", frisou.

O protocolo de alargamento destas medidas a todo o país foi assinado entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, a GNR, a PSP e a Cruz vermelha.

JAP.

---